

# **IV CONGRESSO NACIONAL DA FEPODI**

## **DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO E ACESSIBILIDADE**

**LIVIA GAIGHER BOSIO CAMPELLO**

**MARIANA RIBEIRO SANTIAGO**

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### **Diretoria – FEPODI**

**Presidente** - Yuri Nathan da Costa Lannes (UNINOVE)

**1º vice-presidente:** Eudes Vitor Bezerra (PUC-SP)

**2º vice-presidente:** Marcelo de Mello Vieira (PUC-MG)

**Secretário Executivo:** Leonardo Raphael de Matos (UNINOVE)

**Tesoureiro:** Sérgio Braga (PUCSP)

**Diretora de Comunicação:** Vivian Gregori (USP)

**1º Diretora de Políticas Institucionais:** Cyntia Farias (PUC-SP)

**Diretor de Relações Internacionais:** Valter Moura do Carmo (UFSC)

**Diretor de Instituições Particulares:** Pedro Gomes Andrade (Dom Helder Câmara)

**Diretor de Instituições Públicas:** Nevitton Souza (UFES)

**Diretor de Eventos Acadêmicos:** Abimael Ortiz Barros (UNICURITIBA)

**Diretora de Pós-Graduação Lato Sensu:** Thais Estevão Saconato (UNIVEM)

**Vice-Presidente Regional Sul:** Glauce Cazassa de Arruda (UNICURITIBA)

**Vice-Presidente Regional Sudeste:** Jackson Passos (PUCSP)

**Vice-Presidente Regional Norte:** Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (UEA)

**Vice-Presidente Regional Nordeste:** Osvaldo Resende Neto (UFS)

#### **COLABORADORES:**

Ana Claudia Rui Cardia

Ana Cristina Lemos Roque

Daniele de Andrade Rodrigues

Stephanie Detmer di Martin Vienna

Tiago Antunes Rezende

---

ET84

Ética, ciência e cultura jurídica: IV Congresso Nacional da FEPODI: [Recurso eletrônico on-line] organização FEPODI/ CONPEDI/ANPG/PUC-SP/UNINOVE;

coordenadores: Livia Gaigher Bosio Campello, Mariana Ribeiro Santiago – São Paulo: FEPODI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-143-2

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Ética, ciência e cultura jurídica

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Ética. 3. Ciência. 4. Cultura jurídica. I. Congresso Nacional da FEPODI. (4. : 2015 : São Paulo, SP).

CDU: 34



[www.fepodi.org](http://www.fepodi.org)

## **IV CONGRESSO NACIONAL DA FEPODI**

### **DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO E ACESSIBILIDADE**

---

#### **Apresentação**

Apresentamos à toda a comunidade acadêmica, com grande satisfação, os anais do IV Congresso Nacional da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI, sediado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP, entre os dias 01 e 02 de outubro de 2015, com o tema “Ética, Ciência e Cultura Jurídica”.

Na quarta edição destes anais, como resultado de um trabalho desenvolvido por toda a equipe FEPODI em torno desta quarta edição do Congresso, se tem aproximadamente 300 trabalhos aprovados e apresentados no evento, divididos em 17 Grupos de Trabalhos, nas mais variadas áreas do direito, reunindo alunos das cinco regiões do Brasil e de diversas universidades.

A participação desses alunos mostra à comunidade acadêmica que é preciso criar mais espaços para o diálogo, para a reflexão e para a troca e propagação de experiências, reafirmando o papel de responsabilidade científica e acadêmica que a FEPODI tem com o direito e com o Brasil.

O Formato para a apresentação dos trabalhos (resumos expandidos) auxilia sobremaneira este desenvolvimento acadêmico, ao passo que se apresenta ideias iniciais sobre uma determinada temática, permite com considerável flexibilidade a absorção de sugestões e nortes, tornando proveitoso aqueles momentos utilizados nos Grupos de Trabalho.

Esses anais trazem uma parcela do que representa este grande evento científico, como se fosse um retrato de um momento histórico, com a capacidade de transmitir uma parcela de conhecimento, com objetivo de propiciar a consulta e auxiliar no desenvolvimento de novos trabalhos.

Assim, é com esse grande propósito, que nos orgulhamos de trazer ao público estes anais que, há alguns anos, têm contribuindo para a pesquisa no direito, nas suas várias especialidades, trazendo ao público cada vez melhores e mais qualificados debates, corroborando o nosso apostolado com a defesa da pós-graduação no Brasil. Desejamos a você uma proveitosa leitura!

São Paulo, outubro de 2015.

Yuri Nathan da Costa Lannes

**O PROJETO ACESSIBILIDADE JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSVERSALIDADE DO TEMA ACESSIBILIDADE NO PPC DO CURSO DE DIREITO DA MACKENZIE RIO.**

**HE PROJECT "LEGAL ACCESSIBILITY" AS OF GUARANTEE OF HUMAN DIGNITY. AN ANALYSIS OF THE MAINSTREAMING ACCESSIBILITY TOPIC IN THE PPC OF THE MACKENZIE RIO LAW COURSE.**

**Maria Clara Chaves Assunção  
Antonio Renato Cardoso da Cunha**

**Resumo**

Os movimentos das Pessoas com Deficiência (PCD) no Brasil veem obtendo significativos avanços, principalmente a partir do reconhecimento dos Direitos e garantias Constitucionais. Entre eles destaca-se o acesso à educação e ao mercado de trabalho através de políticas para ações referentes à qualificação profissional e conseqüentemente ao acesso à educação superior. Como efeito deste processo, o Ministério da Educação instituiu novos instrumentos de avaliação para os cursos superiores, obrigando às Instituições de Ensino Superior (IES) adaptação as necessidades das PCDs. Este resumo é resultado de uma pesquisa, em andamento, no âmbito de um núcleo de pesquisa interdisciplinar da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio e pretende aprofundar o debate sobre esses movimentos sociais com base na dimensão da grande diversidade cultural que o recorta. A Acessibilidade precisa garantir tutela jurisdicional do Estado em respeito aos princípios da igualdade, dignidade da pessoa humana e proporcionalidade na medida de suas necessidades. Não somente no campo das raças, etnias e credo residem os preconceitos sociais. No campo da deficiência reside, também, de forma genérica, o entendimento que todos tenham deficiências intelectuais. Da análise de nossas práticas no cotidiano da sala de aula, emerge que as barreiras atitudinais podem efetivamente ser demolidas para que esse grupo social possa ter acesso ao pleno Direito à Cidadania. Refletindo sobre esses aspectos e rompendo as barreiras do preconceito, o Curso de Direito da Faculdade Mackenzie-Rio (FPM RIO) promove mudanças em seu projeto pedagógico (PPC) e aplica como tema transversal o tema da Acessibilidade. Esse dado é marcante na busca efetiva em promover a inclusão das PCDs no curso superior. Este trabalho tem por objetivo relatar os resultados da inclusão transversal do tema acessibilidade no novo projeto pedagógico do Curso de Direito, destacando avanços obtidos com essa ação.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência, Políticas de inclusão, Ensino superior

**Abstract/Resumen/Résumé**

Movements of Persons with Disabilities (PWD) in Brazil see getting significant advances, mainly from the recognition of rights and constitutional guarantees. Among them stands out access to education and the labor market through policies to actions relating to professional

qualifications and hence access to higher education. The effect of this process, the Ministry of Education instituted new assessment tools for higher education, forcing the Higher Education Institutions (HEI) adapted the needs of PCDs. This summary is the result of research in progress, as part of an interdisciplinary research center at the Faculty Mackenzie Rio and aims to deepen the debate on these social movements based on the size of the great cultural diversity that the cuts. The accessibility need to ensure judicial protection of the State in respect for the principles of equality, human dignity and proportionality in accordance with their needs. Not only in the field of race, ethnicity and creed reside social prejudices. In the field of disability lies, too, in a generic way, understanding that all have intellectual disabilities. The analysis of our practices in the classroom everyday, it emerges that the attitudinal barriers can effectively be demolished so that this social group may have access to the full Right to Citizenship. Reflecting on these issues and breaking down the barriers of prejudice, the Law School of Mackenzie Rio College (FPM RIO) promotes changes in its pedagogical project (PPP) and applies as crosscutting themes the issue of accessibility. This finding is striking in the effective pursuit in promoting the inclusion of PCD in the upper reaches. This work aims to report the results of the transversal inclusion of the topic accessibility in new pedagogical project of Law Course, high lighting progress made with this action.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Persons with disabilities, Inclusion policies, Higher education

## **1. Introdução.**

O movimento das pessoas com deficiência no Brasil – MPD teve o seu início no final da década de 1970, com o surgimento de mobilizações de deficientes em busca de melhor qualidade de vida e seus direitos. Até o ano de 1979, reunia uma parcela “invisível” da sociedade. A terminologia invisível indica o tratamento que a sociedade dava a esses cidadãos que não eram percebidos, ou seja, não existiam como cidadãos para a maioria da população. Tal fato se deve a postura de exclusão, preconceito e vergonha adotada pelas famílias que possuíam pessoas com deficiência, que baniam/escondiam essas pessoas do contato com a sociedade.

Essa postura de banimento abrangia também o Estado que através de políticas públicas de exceção concentrava as pessoas com deficiência em locais isolados, as denominadas ‘colônias’ onde esses cidadãos, destituídos de cidadania, que viviam institucionalizados e afastados da sociedade. Praticamente a única coisa que aproximava essas pessoas da coletividade era a caridade.

Uma característica desse período era a “ausência de voz” da pessoa com deficiência, isto é, a falta ingerência sobre as suas próprias vidas, e o processo paulatino através do qual elas conseguiram assumir a responsabilidade pela gestão das suas vidas foi uma vitória importante, pois nenhuma deficiência pode limitar o direito de viver dignamente.

Por vezes considerada recente, por vezes antiga, com indicações que advém da fase imperial do Brasil, a história do MPD contextualiza a busca pelo pertencimento dessas pessoas na sociedade que as abriga.

### **1.1. Breve histórico do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.**

A história política do MPD no Brasil tem como marco histórico a criação da instituição atualmente conhecida como Instituto Benjamin Constant em 1854 (século XIX), instituição voltada a educação de surdos e cegos no Império Brasileiro. Esse foi o passo inicial para a inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade.

Essa nova compreensão em relação ao tratamento das pessoas com deficiência foi trazida da França para o Brasil através de José Álvares de Azevedo, um brasileiro que estudou em Paris na escola de Valentin Haüy. Este senhor trouxe o braile para o Brasil e o apresentou ao imperador Dom Pedro II, que se entusiasmou pela ideia criou o instituto hoje conhecido como Benjamin Constant. Esse foi o passo político que tornou a educação das pessoas com deficiência no Brasil uma realidade.

A educação formal para as pessoas cegas teve grande importância para o MPD na América do Sul, pois foi o primeiro instituto especializado na educação desses cidadãos nessa região. Esse foi um marco do acesso aos estudos para as pessoas com deficiência, que mesmo atendendo limitadamente a “uma minoria da minoria”, passou a enxergar essas pessoas como capazes de aprender e passíveis de integração social.

Em 1856 outro passo importante foi dado em relação ao ensino de pessoas com deficiência no Brasil, a criação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. O instituto pioneiro quebrou um paradigma em relação aos surdos, pois acreditava-se que eles eram incapazes de se desenvolver e aprender devido à dificuldade de comunicação.

O instituto, criado pelo francês E. Huet, conhecido como colégio para surdos-mudos, estava alinhado as políticas públicas implantadas na Europa, a política dos grandes institutos<sup>1</sup>. Esse avanço foi acolhido perfeitamente pela sociedade, pois retirou dela a responsabilidade de lidar com essas pessoas e transferiu para uma instituição. O Século XIX representou grandes avanços, mas a pessoa com deficiência continuava dependendo de políticas assistencialistas e sem direito a nada. Com o Século XX, o avanço teve abrangência de outras áreas importantes da cidadania.

O Século XX trouxe muitos avanços em relação ao ensino para as pessoas com deficiência. Neste período temos a criação da Pestalozzi (1932) e da APAE (1954). A primeira APAE foi criada em 1954, no Rio de Janeiro, lastreada no modelo existente nos Estados Unidos. As APAES inicialmente tinham como objeto o atendimento das pessoas com deficiência intelectual e a reabilitação de pessoas que contraíram poliomielite.

Já em 1970, as organizações se voltaram para as pessoas com deficiência, ou seja, não trabalhavam mais exclusivamente com reabilitação, mas pelas pessoas com



deficiência em si. No final desta mesma década, com a abertura política, os MPD começaram a se organizar, assim como outros segmentos, como as mulheres, homossexuais etc. Essa mobilização fez com que as pessoas com deficiência se percebessem como cidadãos.

Em 1980 outro acontecimento marcou a luta dos MPD, o Primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência em Brasília. Esse evento uniu os MPDs do Brasil e fortaleceu o movimento pela busca de direitos, pois o evento grandioso deu visibilidade às pessoas com deficiência. Essa mobilização fortaleceu politicamente os movimentos, que passaram a buscar as políticas públicas necessárias para integração dessas pessoas.

O ano de 1981, por ordem da Organização das Nações Unidas – ONU, foi o ano internacional das pessoas com deficiência levantando um tema antes esquecido pelas nações. Em decorrência dos trabalhos dessa comissão e da militância dos MPD no Brasil, ainda em 1981, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes e II Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. Nesses encontros a discussão se voltou para as necessidades específicas que cada deficiência demanda.

Em 1983, ocorreu o III Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, mas o encontro foi marcado pela dissidência e enfraquecimento no MPD. As discussões se voltaram para os interesses conflitantes entre as diferentes deficiências e a ponderação sobre qual deficiência é mais importante.

Essa desunião foi abrandada no processo de debates e construção da Constituição Federal de 1988 em que as entidades que representam as pessoas com deficiência participaram ativamente dos debates com propostas e sugestões a vários dispositivos. O resultado foram vários artigos espalhados pela Constituição que versam sobre as pessoas com deficiência.

Em 1986, obedecendo ao Plano Governamental de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, foi criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão criado pela Presidência com pauta interministerial, ou seja, com atuação em todos os ministérios do Poder Executivo. Sua atuação era boicotada pelos ministérios devido à dificuldade de conscientização dos ministros sobre as demandas das pessoas com deficiência. A CORDE conseguiu unir novamente as diferentes militâncias do MPD com o intuito de

elaborar leis voltadas à pessoa com deficiência, se consubstanciando na organização e participação legítima da sociedade civil nessas questões.

Posteriormente, verificou-se a necessidade da constituição de um conselho composto substancialmente por pessoas com deficiência, era a idealização do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE. Criado em 1 de junho de 1999 pelo Decreto 3.076/1999, o órgão se consolidou como um elo essencial de ligação entre o Estado (Poder Público) e a Sociedade Civil onde se discute a política nacional da pessoa com deficiência. Em busca de maior representatividade e sob o brocardo “nada sobre nós, sem nós”, os conselhos se difundiram pelas esferas governamentais. Nos municípios foram criados os conselhos municipais, no âmbito estatal os conselhos estaduais e junto ao Governo Federal atuava o CONADE.

Em 2006 com o intuito de levantar discussões e debater as demandas sobre os obstáculos e avanços da política nacional para a integração da pessoa com Deficiência o CONADE realizou a primeira Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência.

## **2. A busca pela igualdade de oportunidade e o papel da educação. O Projeto Acessibilidade Jurídica da Faculdade Mackenzie Rio e a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior.**

A falta de oportunidade permeia historicamente a militância das pessoas com deficiência. O quadro de exclusão histórica mitigava o relacionamento destas pessoas com a sociedade e as impedia de ter acesso a uma vida digna.

Fator crucial na busca de uma vida digna é a inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, até pouco tempo atrás uma utopia para as pessoas com deficiência. Para se ter acesso ao mercado de trabalho a pessoa deve ser capacitada, ter acesso ao ensino fundamental, médio e superior, pois segundo o entendimento popular “inclusão é trabalho são a mesma coisa”.

Neste sentido, em agosto de 2014, foram iniciados os estudos para mudança do Projeto Pedagógico do Curso de Direito (PPC) da Faculdade Mackenzie Rio (FPM). O atual PPC apresentou como eixo norteador do curso o tema “Cidadania e Justiça Social como Instrumentos na Construção de uma Sociedade Empreendedora, Ética e

Igualitária”. Para consecução deste objetivo, foram implantados temas transversais, com o intuito de propor uma visão holística nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão: 1º) Acesso à Justiça e Métodos de Administração de Conflitos; 2º) Direitos Humanos: Diversidade, Acessibilidade e Sustentabilidade.

De forma pioneira, o PPC enobrece a Acessibilidade e inclui no DNA do futuro profissional há necessidade de perceber o mundo de forma inclusiva. No âmbito do ensino, os professores quando abordam os conteúdos teóricos e práticos possuem no seu ementário temas relacionados com a Acessibilidade. No âmbito da Pesquisa, foram incluídas as linhas denominadas Direito e Diversidade e também Regulação e Cidadania. Ambas, têm por objetivo discutir as diferenças em todos os sentidos como deficiências, raças, etnias e produzem ainda propostas de inclusão que auxiliam os projetos de extensão. Em 2014.2, o objeto de análise do grupo foi as práticas discriminatórias praticadas contra Pessoas com Deficiência (PCD) no comércio local.

Em 2015.1 o projeto ganhou força transdisciplinar e interdisciplinar. De forma integrada, o grupo ampliou seus componentes, incluindo alunos dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração, com intuito de analisarmos práticas discriminatórias contra os surdos, a compreensão da língua brasileira de sinais e a indicação de propostas para Extensão. No campo da Extensão, em 2014.2, como resultado das reflexões do grupo de pesquisa, foi criada uma cartilha em defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual. O Projeto denominado “Enxergue um Bom Cliente” visa sensibilizar os lojistas do maior mercado popular do Rio de Janeiro, o SAARA, como atender melhor a PCD.

Assim, a IES cumpre o seu papel como agente de transformação e desenvolvimento na qualidade de vida da região, forma um aluno capaz de perceber o mundo de forma mais humanística, produz uma matriz curricular interligada em todos os seus aspectos e abre um caminho reflexivo para inclusão da PCD no Ensino Superior.

O grupo de pesquisa inicialmente contou com 5 alunos bolsistas e 6 voluntários no âmbito do curso de Direito. Ao longo de 2014 foram estabelecidas as parcerias externas e produzida uma cartilha que fomenta a defesa dos direitos das PCDs. Em dezembro de 2014, o PPC foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE). Em 2015 o grupo de pesquisa recebe apoio dos cursos de Administração e Ciências Contábeis e a produção de pesquisa transdisciplinar e interdisciplinar foi iniciada.

A implantação do referido PPC é um marco teórico sem precedentes, já proposto desde 2006 no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, mas não executado no contexto das disciplinas obrigatórias em um Curso de Direito no país, como assegurado por integrantes do seguimento, entidades representativas e militantes participantes do movimento pela inclusão social da pessoa com deficiência.

Por meio da disciplina de libras, várias instituições incluíram o tema nas matrizes curriculares, ficando restritas apenas no âmbito do ensino, no entanto, nossa concepção atendeu as três dimensões do ensino, pesquisa e extensão. A inclusão da Acessibilidade como tema transversal no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Graduação em Direito, contemplando os três pilares que sustentam os cursos superiores, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Outra inovação é a aplicação empírica do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como um Instrumento de Política Pública. Estamos promovendo a quebra não só de barreiras físicas, principalmente de barreiras atitudinais. O reconhecimento e retorno que estamos recebendo da comunidade acadêmica e de entidades de classe que atuam na área, evidenciam a grandeza e inovação da prática.

Em agosto de 2014, ao iniciarmos as atividades, percebemos uma fantástica receptividade dos alunos e professores envolvidos no projeto. Convidamos assim, o Vice-Presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Rio de Janeiro, para relatar suas dificuldades e anseios enquanto deficiente visual, advogado, morador e consumidor. Novamente ficamos perplexos com as práticas preconceituosas praticadas diariamente por nossa sociedade.

Assim, colocamos como meta para o grupo elaborar uma cartilha que pudesse ser aplicada no principal centro comercial da nossa cidade, o SAARA. Para desenvolvimento do material solicitamos apoio das principais entidades públicas e privadas envolvidas no tema, que prontamente sinalizaram positivamente, como a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-RJ (CDPD-OAB), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COMDEF-Rio), Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro (ADVERJ) e outras. Paralelamente, iniciamos uma sensibilização interna para a necessidade de alterarmos o projeto pedagógico de forma a contemplar de forma mais ampla os temas dos Direitos Humanos, Acesso a Justiça e conseqüentemente a Acessibilidade.

O novo PPC enaltece a Acessibilidade e inclui no DNA do futuro profissional a percepção do mundo de forma inclusiva. No âmbito do ensino, por exemplo, o professor de Direito do Trabalho ao trabalhar o conteúdo programático, analisará as normas que obrigam empresas a contratar empregados com deficiência. No Direito Internacional, será analisada a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado com força vinculante e instituidor do conceito de acessibilidade. No âmbito da Pesquisa, foram incluídas as linhas Direito e Diversidade e também Regulação e Cidadania. Em 2014.2, o objeto de análise do grupo foram as práticas discriminatórias praticadas contra deficientes visuais. Para 2015.1, o projeto de extensão aplicará junto aos comerciantes a cartilha em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

A ação fomenta a inclusão das pessoas com deficiência nos bancos do ensino superior. Possibilita ao aluno complementar os conhecimentos teóricos obtidos na sala de aula, por meio de aplicações empíricas no campo da extensão e da verticalização dos estudos bibliográficos no âmbito dos grupos de pesquisa. Estamos formando um profissional capaz de perceber o mundo de uma forma menos materialista, mais humana e solidária, que compreenda o aprendizado como algo constante, contínuo, além sala da aula, integrando a teoria bibliográfica ministrada em sala, que será aprofundada nos grupos de pesquisa e testada no âmbito da extensão. Cabe ainda o desenvolvimento do sentimento de grupo de estudo. Neste sentido teremos egressos mais críticos, aptos para propor mudanças e inovações quando colocados diante de situações adversas.

Percebe-se assim, a preocupação institucional despendida pela instituição relacionada as PCDs. Todas as medidas pedagógicas e físicas foram adotadas visando efetivamente a participação mais ativa das PCDs no âmbito do curso. A finalidade é efetivamente é construir novas trilhas que possam garantir a inclusão e participação desses cidadãos na construção de um país melhor.

### **3. Conclusão**

O trabalho relatou as primeiras etapas relacionadas com a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil e do inovador projeto de inclusão dessas pessoas desenvolvido no âmbito do ensino superior pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

para as através da modificação do projeto pedagógico do Curso de Direito e da posterior abrangência interdisciplinar que o projeto adquiriu ao se tornar num objeto de estudo para os outros cursos da faculdade.

Percebemos como foi marcante o histórico da militância das pessoas com deficiência no Brasil, suas lutas e conquistas sociais obtidas, dentre elas, a obtenção da igualdade de direitos, desde o Império Brasileiro. Cabe ainda ressaltar a visibilidade das suas necessidades pela coletividade, a inclusão na sociedade e a quebra de barreiras atitudinais.

Essa conquista refletiu em várias áreas, primordialmente, no direito de acesso igualitário ao ensino como ferramenta para o desenvolvimento de uma vida digna possibilitada pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho e, conseqüente autonomia das pessoas com deficiência.

Com base em ampla legislação e no direcionamento dado pelo Ministério da Educação, o Curso de Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio modificou o projeto pedagógico, inovou na busca pela efetivação dos Direitos Humanos e no direito de acesso ao ensino superior ao inserir temas fundamentais com o intuito de propor uma visão holística nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

O referido projeto pedagógico enobrece a Acessibilidade e inclui no DNA do futuro profissional jurídico a necessidade de perceber o mundo de forma inclusiva. Além de proporcionar ao discente a oportunidade de aprender sem barreiras atitudinais, o projeto coloca em evidências os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência e mobiliza a comunidade a sua volta na discussão e consecução de mecanismos voltados a integração da pessoa como deficiência, como acontece através do projeto enxergue um bom cliente, em que os comerciantes locais, alunos e funcionários da instituição são treinados para atender de forma digna as pessoas com deficiência visual.

Desta forma, a partir da experiência verificada com a modificação do projeto pedagógico do Curso de Direito observamos que qualquer projeto pedagógico de cursos de graduação podem se consubstanciar em um instrumento de integração social e afastamento de barreiras atitudinais.

## **Referências bibliográficas**

BARCELLOS, Ana Paula de, CAMPANTE, Renata Ramos. In.: FERAZ, Carolina Valença [et al.] Coordenadores. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

IBDD - Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência**. 3ª ed. (rev. e atualizada). Rio de Janeiro: IBDD, 2014.

IBDD - Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Inclusão da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença**. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência**. Uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. In.: FERAZ, Carolina Valença [et al.] Coordenadores. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Inclusão. Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.